

HABEAS CORPUS Nº 481.815 - SP (2018/0320867-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE BASTOS PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALEXANDRE BASTOS PEREIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais, ao homologar cálculo de penas do reeducando, tomou como termo inicial a data da decisão concessiva da progressão de regime ao semiaberto.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução, ao qual a Corte de origem negou provimento.

No presente *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que o atual entendimento sobre o tema é que *a data base para a progressão ao regime aberto deve ser a data em que o sentenciado preencheu o lapso temporal para a progressão ao regime semiaberto, independentemente da data da decisão judicial que deferiu o benefício, tendo em vista seu caráter declaratório* (fl. 4). Colacionou, nesse sentido, julgado desta Corte Superior.

Requer, assim, inclusive liminarmente, que seja retificado o cálculo de liquidação das penas para que conste como data-base para cálculo de progressão ao regime aberto a data em que o paciente cumpriu o requisito objetivo para a progressão ao regime semiaberto e não a data da decisão que concedeu o benefício.

Indeferida a liminar (fl. 44) e prestadas as informações (fls. 50-62), o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem (fls. 64-68).

É o relatório.

DECIDO.

A Corte de origem indeferiu o pedido de alteração da data-base na ficha do paciente, fazendo constar a data da decisão que deferiu a progressão e não aquela em que este efetivamente preencheu o requisito objetivo para progredir ao regime semiaberto como marco para subsequente progressão. Eis os fundamentos do voto de Relatoria, integrante do r. acórdão (fls. 37-39):

Respeitado o entendimento contrário, o agravo não pode ser provido.

Isso porque, diversamente do que alega o agravante, uma vez atingido o lapso temporal necessário para a progressão, o reeducando tem apenas uma expectativa de direito ao benefício, que poderá ser concedido ou não, pois depende, ainda, do exame do requisito subjetivo, condição essencial ao deferimento da benesse.

Tal entendimento está em plena consonância com o disposto no artigo 112 da Lei de Execução Penal:

“Art. 112 A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão” (grifos nossos).

Ora, da leitura da norma é possível depreender que, para a progressão de regime não basta que o apenado cumpra o lapso temporal ali mencionado o qual, frise-se, não é de 1/6, mas de “ao menos 1/6”, ou seja, pode ser ultrapassado, mas, também, que ostente bom comportamento carcerário. E, esse último requisito somente será examinado quando da decisão acerca do deferimento do benefício, caso contrário, não poderia ser levada em conta eventual falta grave ou mau comportamento ocorrido após cumprido o prazo legal, o que, certamente desrespeitaria as normas que vedam a progressão.

Em caso semelhante, esta colenda 5ª Câmara de Direito Criminal já decidiu:

[...]

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Verifica-se que o acórdão impugnado entendeu ser incabível a alteração da data-base para o dia em que o reeducando atingiu o requisito objetivo, mas sim, para quando efetivamente foi transferido para o novo regime.

Quanto ao tema, sabe-se que, anteriormente, prevalecia na Sexta Turma desta Corte o entendimento de que a data-base para obtenção de nova progressão de regime prisional seria a data em que o beneficiário efetivamente passasse a cumprir a pena em outro regime.

Entretanto, tal posicionamento foi modificado, passando-se a considerar *como data-base para subsequente progressão de regime, aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício* (HC 369.774/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 22/11/2016, DJe 7/12/2016).

Aliás, nesse sentido, de fato, já decidiu o Excelso Supremo Tribunal Federal:

Habeas Corpus. 2. Execução Penal. Progressão de regime. Data-base. 3. Nos termos da jurisprudência do STF, obsta o conhecimento do habeas corpus a falta de exaurimento da jurisdição decorrente de ato coator consubstanciado em decisão monocrática proferida pelo relator e não desafiada por agravo regimental. Todavia, em casos de manifesto constrangimento ilegal, tal óbice deve ser superado. 4. Na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112, LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior. 5. A decisão que defere a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva. 6. Deve ser aplicada a mesma lógica utilizada para a regressão de regime em faltas graves (art. 118, LEP), em que a data-base é a da prática do fato, e não da decisão posterior que reconhece a falta. 7. Constrangimento ilegal reconhecido, ordem concedida. (HC 115254, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 15/12/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 25-2-2016 PUBLIC 26-2-2016.)

Colhe-se do julgado que a natureza da decisão concessiva da progressão de regime é declaratória, e não constitutiva, razão pela qual o tempo em que o apenado fica no aguardo da análise do pedido será computado para fins de contagem do requisito objetivo temporal, sendo, pois, considerada, como termo *a quo*, a data em que o apenado teria direito, e não a data do efetivo ingresso no regime anterior.

A nova concepção, a par de constituir, ainda que indiretamente, ofensa ao sistema progressivo, na medida em que passa a possibilitar a progressão *per saltum*, até então vedada, conforme Súmula 491/STJ, promove tratamento mais justo e mais digno ao apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado.

A propósito, também o seguinte precedente:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROGRESSÃO DE REGIME. MARCO INICIAL. DATA DA EFETIVA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 112 DA LEP. PRECEDENTE DO STF. AGRAVO PROVIDO.

1. Revisão da jurisprudência da Quinta Turma desta Corte Superior, para adequar-se ao posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no HC 115.254, Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 26/2/2016, no sentido de que a data inicial para a progressão de

regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime.

2. *Aplica-se à progressão de regime, por analogia, o regramento da LEP sobre a regressão de regime em caso de falta grave (art. 118), que estabelece como data-base a prática do fato, e não da decisão posterior que reconhece a infração.*

3. *É de se considerar a necessidade de que os direitos sejam declarados à época adequada, de modo a evitar que a inércia estatal cause prejuízo ao condenado.*

4. *Agravo regimental a que se dá provimento. (AgRg no Resp n. 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 24/8/2016.)*

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para considerar como data-base para concessão de futuros benefícios aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da LEP.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator